

R

MORIER-GENOUD, Eric

Jihad Inevitável?

Muçulmanos e Política em Moçambique depois da Independência,

Tradução de Judite Baloi. Lisboa, Edições Colibri, 2025, 264 pp.

ISBN 9789895665150

Sandra Araújo

Em *Jihad Inevitável? Muçulmanos e Política em Moçambique depois da Independência*, Eric Morier-Genoud (Queen's University, Belfast, Reino Unido) oferece aos leitores de língua portuguesa uma análise crítica, informada e não teleológica da insurgência jihadista que assola o Norte de Moçambique desde outubro de 2017, tendo provocado já mais de 4000 mortos e um milhão de deslocados. Sustentada em quase três décadas de investigação, esta obra oferece também uma leitura histórico-sociológica e multidimensional das comunidades muçulmanas, atentando na sua diversidade e dinâmicas de governança internas, assim como nas relações entre essas comunidades e as suas lideranças religiosas com o Estado moçambicano entre 1975 e 2022. Este trabalho tem a virtude de contribuir para desconstruir a ideia de que o radicalismo religioso está inscrito na matriz genética do Islão, demonstrando que o surgimento do movimento jihadista no Norte de Moçambique não pode considerar-se nem uma decorrência direta da tradição religiosa islâmica, nem uma inevitabilidade histórica. Pelo contrário, de acordo com o autor, a insurgência em curso constitui um fenómeno complexo,

resultante da articulação de fatores políticos, socioeconómicos e religiosos, internos e externos, assim como uma rutura no padrão de relacionamento entre um grupo minoritário de muçulmanos e o poder político em Moçambique.

Escrutinando cuidadosamente o passado histórico para informar a sua reflexão sobre uma problemática de grande atualidade e importância global, este trabalho está sustentado numa cultura de evidências sólida. Além disso, cruza a análise de diversas fontes documentais, escritas e visuais, com numerosos testemunhos orais recolhidos em Moçambique, entre meados da década de 1990 e 2021. Num outro plano, cumpre sublinhar que o posicionamento do autor e as suas opções teóricas e conceptuais são explicitados de forma sucinta e numa linguagem acessível. Este facto, certamente, contribuirá para que o livro possa alcançar públicos mais vastos – académicos e não académicos – apostados em ultrapassar “a falta de compreensão e ignorância sobre o Islão e a sua história em Moçambique” (p. 18). Com este trabalho, Eric Morier-Genoud tem, aliás, a ambição de contribuir para alterar este estado de coisas. Os objetivos que nortearam

a conceção e produção desta obra são, pois, de natureza académica e intelectual, mas também sociopolíticas: “evitar mal-entendidos, minar ideias simplistas que alimentam preconceitos, a islamofobia e as más políticas, e [...] reforçar pontes, se não mesmo criar unidade entre comunidades” (p. 21). Ao longo da obra, estruturada em cinco capítulos, o autor não hesita também em identificar os limites e as lacunas da sua pesquisa, apontando caminhos e linhas de investigação relevantes, mas ainda pouco explorados, como é o caso do papel das redes sociais digitais em processos de radicalização religiosa de matriz islâmica em Moçambique.

Começando por iluminar as origens coloniais da marginalização política dos muçulmanos em Moçambique, Eric Morier-Genoud realça que a matriz confessional católica do regime colonial português em grande medida explica a tardia aposta na cooptação de lideranças muçulmanas no quadro da luta de libertação (1964-74). O autor discute, então, algumas das condicionantes que ditaram a persistência desta marginalização depois da independência de Moçambique. Por um lado, a matriz cristã (em termos educativos e culturais) da maioria dos dirigentes da Frelimo (Frente de Libertação de Moçambique). Por outro lado, a adoção do marxismo-leninismo como ideologia oficial pela Frelimo, em 1977, que abriu caminho a uma laicidade militante e a uma campanha antirreligiosa que se prolongou até 1980, e que afetou severamente as comunidades muçulmanas, gerando ressentimento,

hostilidade e crescente alienação em relação ao governo e ao regime vigentes em Moçambique.

Morier-Genoud analisa igualmente a evolução, durante a década de 1980, de uma política de “laicidade militante” (p. 33) para uma outra de “laicidade forte” (p. 94) para sublinhar que esta mudança foi motivada sobretudo pelo efeito contraproducente da repressão religiosa exercida entre 1977 e 1980. Particularmente, pela crescente tração da Renamo (Resistência Nacional Moçambicana) junto das populações de religião islâmica do Norte do país durante a guerra civil (1977-92), mas também pela necessidade de melhorar a imagem externa do Estado moçambicano e captar apoios internacionais junto de países e organizações islâmicas. O autor destaca que a política de laicidade forte assentou no controlo estatal do Islão, materializado na criação de organizações confessionais tutelares e de enquadramento: o Conselho Islâmico de Moçambique, de orientação reformista (1981), e o Congresso Islâmico de Moçambique, de inspiração sufi (1983). Para tal, o Estado moçambicano instrumentalizou fraturas e disputas decorrentes entre reformistas e sufis, bem como entre muçulmanos indo-paquistaneses e africanos, a fim de alavancar a cooptação de lideranças religiosas islâmicas e o controlo estatal sobre as comunidades muçulmanas.

A obra aborda ainda o processo de transição para um cenário de “mercado livre religioso” (p. 50), após o v Congresso da Frelimo em 1989. Eric Morier-Genoud discute a forma como,

particularmente no rescaldo da guerra civil, o Estado moçambicano adotou uma política de laicidade moderada, que acarretou maior liberdade religiosa, mas intensificou também a tendência para a politização do Islão. O autor realça que esta mudança, assente na cooptação das lideranças islâmicas, deve ser vista à luz de um quadro de intensa competição entre a Frelimo e a Renamo pelo eleitorado muçulmano na transição para o multipartidarismo, assim como à luz da procura de apoio e reconhecimento junto da comunidade internacional por parte da Frelimo. Além disso, Morier-Genoud escrutina o modo como, neste contexto marcado ainda pela emergência de novas elites económicas, intelectuais e religiosas muçulmanas, a continuada expansão do Islão, da sua visibilidade pública e relevância sociopolítica em Moçambique, colocou desafios à laicidade do Estado e ao próprio sistema de “mercado livre religioso” (p. 96).

Na análise da primeira insurgência jihadista da África Austral, Morier-Genoud propõe uma leitura sofisticada que, sem deixar de atentar no fator religioso, articula outras variáveis relevantes de natureza histórica, política e socioeconómica, de âmbito local, nacional e transnacional. O autor observa, por um lado, que nos anos que se seguiram ao final da guerra civil “Moçambique assistiu a uma verdadeira restauração do catolicismo, à expansão geográfica do Islão e ao salto espacial e numérico do protestantismo” (p. 89). Por conseguinte, a expansão das religiões monoteístas, no seu conjunto, não só do Islão, acabaria por facilitar

a ocorrência de situações de competição e de conflitualidade inter-religiosa e intra-religiosa. Morier-Genoud assinala, todavia, que tal competição e conflitualidade não se fazem sentir somente em Moçambique. Pelo contrário, a partir da última década do século xx, estas inscrevem-se numa tendência mais vasta de radicalismo religioso e recuo do ecumenismo em todo o continente africano.

Morier-Genoud explicita, por outro lado, que são diversos os elementos facilitadores de processos de radicalização religiosa de matriz islâmica na província de Cabo Delgado. A pobreza extrema que afeta as regiões de maioria muçulmana; a escassez de oportunidades e a marginalização de jovens muçulmanos, geradora de ressentimento face ao Estado e à Frelimo, o partido no poder desde 1975; as tensões étnicas decorrentes entre uma maioria muçulmana e uma minoria Makonde, que, tendo granjeado reconhecimento e prestígio devido ao seu papel na luta de libertação de Moçambique (1964-74), é detentora de um considerável capital de poder social e político; e os parcos benefícios colhidos pelas populações em grandes projetos internacionais de exploração dos recursos naturais da região. Nesse sentido, o autor sublinha que a insurgência jihadista em curso em Moçambique não constitui um conflito com origens e motivações de natureza exclusivamente religiosa e/ou, simplesmente, uma decorrência da importação de tendências e movimentos internacionais islâmicos. Aliás, em seu entender, embora relevantes, a presença, atividade e expansão da seita *al-Shabaab*

no distrito de Cabo Delgado, desde 2007, assim como a consagração de fidelidade ao Estado Islâmico (ISIS) pelos insurgentes em 2018-19, são dimensões complementares do conflito, não estando diretamente associadas à sua origem.

Em suma, *Jihad Inevitável?* conjuga rigor analítico, sensibilidade ética e clareza expositiva. Trata-se de uma obra incontornável para compreender a insurgência jihadista no Norte de Moçambique, iluminando as complexas dinâmicas da radicalização religiosa. Mas é mais do que isso: é uma reflexão aprofundada sobre a trajetória das comunidades muçulmanas e o seu papel na história de Moçambique no período pós-colonial.

Esta recensão foi escrita no âmbito do contrato CEEC 2021.03337.CEECIND/CP1 696/CT0011.

ARAÚJO, S. (2026), *Recensão “Jihad Inevitável? Muçulmanos e Política em Moçambique depois da Independência*, Lisboa, Edições Colibri”. *Análise Social*, 258, LXI (1.º), e43189. DOI: <https://doi.org/10.31447/43189>.

Sandra Araújo » sandra.araujo@ics.ulisboa.pt » Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa » Av. Professor Aníbal de Bettencourt, 9 — 1600-189 Lisboa, Portugal » <https://orcid.org/0000-0002-0442-9176>.
